

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2022

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSOVI Concurso Público de Ingresso na Classe Inicial da Carreira de
Defensor Público de 1ª Classe

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA ETAPA
PROVA PRELIMINAR OBJETIVA

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

David Hume foi o fundador do Empirismo, a escola cética de filosofia.

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO I****Direito Civil**

1. João, com 18 anos de idade, procurou a Defensoria Pública do Mato Grosso em agosto de 2022, manifestando interesse em modificar seu prenome para Abílio. Em seu atendimento, o usuário ressaltou que seu assento de nascimento nunca foi retificado e que inexistia qualquer hipótese de fraude, falsidade, má-fé, vício do consentimento ou simulação em sua pretensão. Nesse caso, a alteração de seu prenome poderá ser requerida
 - (A) apenas judicialmente, havendo a necessidade de laudo psicológico que ateste os efeitos positivos da mudança de prenome.
 - (B) apenas judicialmente, sendo necessária a demonstração de que é conhecido em seu meio social como Abílio.
 - (C) nas vias judicial ou extrajudicial, imotivadamente.
 - (D) extrajudicialmente até que ele complete 19 anos. Findo tal prazo, a alteração só poderá ocorrer pela via judicial.
 - (E) exclusivamente na via extrajudicial, de forma imotivada.

2. Luan deseja abrir uma empresa na área de soldagem e procurou a Defensoria Pública para orientações acerca de sua responsabilidade no tocante a eventuais dívidas cíveis da pessoa jurídica. Ele afirmou que não possui outro interessado em ser sócio. Nessa situação hipotética, Luan deverá ser orientado no sentido de que
 - (A) será necessário, ao menos, mais um sócio para a abertura de sociedade limitada, ocasião em que, via de regra, sua responsabilidade será solidária à da pessoa jurídica.
 - (B) é possível a criação de sociedade limitada constituída por apenas uma pessoa, ocasião em que, via de regra, sua responsabilidade estará restrita ao valor de sua quota, desde que o capital social esteja integralizado.
 - (C) será necessário, ao menos, mais um sócio para a abertura de sociedade limitada, ocasião em que, via de regra, sua responsabilidade estará restrita ao valor de sua quota, desde que o capital social esteja integralizado.
 - (D) ele não poderá constituir qualquer tipo de pessoa jurídica unipessoal, pois o Código Civil extinguiu as empresas individuais de responsabilidade limitada.
 - (E) é possível a criação de sociedade limitada constituída por apenas uma pessoa, ocasião em que, via de regra, sua responsabilidade será solidária à da pessoa jurídica.

3. De acordo com o Código Civil, na elaboração, formalização e execução do contrato de fiança,
 - (A) exige-se o consentimento do devedor.
 - (B) é permitida a interpretação extensiva da garantia.
 - (C) é vedado que dívidas futuras sejam objeto do ajuste.
 - (D) admite-se que apenas parte da dívida fique sob a responsabilidade do fiador.
 - (E) em qualquer hipótese, é vedada a transmissão da obrigação do fiador aos herdeiros, em caso de falecimento daquele.

4. Em razão do falecimento de seu genitor, os herdeiros do *de cujus* procuraram a Defensoria Pública do Mato Grosso para orientações acerca da aceitação e renúncia da herança. Sobre o tema, os interessados devem ser orientados que
 - (A) são irrevogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.
 - (B) os atos oficiosos do herdeiro, como administração ou guarda provisória dos bens, exprimem aceitação da herança.
 - (C) para sua validade, a renúncia da herança deve constar expressamente de instrumento público ou particular.
 - (D) a pessoa interessada pode renunciar à herança em parte, sob condição ou a termo.
 - (E) não se admite aceitação tácita da herança, exigindo-se sua formalização por escrito.

5. De acordo com a Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial,
 - (A) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, desde que praticada em relação exclusivamente heterossexual.
 - (B) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, excluindo-se as esporadicamente agregadas.
 - (C) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos da mesma família consanguínea, não podendo ser aplicada aos casos de parentesco por afinidade.
 - (D) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, desde que comprove a coabitação.
 - (E) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.



6. A Defensoria Pública do Mato Grosso foi procurada por uma comunidade denominada "Paconezinho" que reside em bairro ocupado há anos, sem a devida regularização de propriedade. Os usuários pretendem criar uma associação de moradores para defender seus direitos e buscaram orientações a respeito do regime jurídico da aludida modalidade de pessoa jurídica, a qual
- (A) constitui-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, inexistindo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocas.
 - (B) garante a transferência automática da condição de associado aos herdeiros do associado falecido, independentemente de previsão estatutária.
 - (C) é dispensada legalmente de elaborar estatuto social.
 - (D) não admite a instituição de associados com vantagens especiais, pois todos devem ter direitos iguais.
 - (E) admite a exclusão de associado sem justa causa, desde que reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.
-
7. Flávio e Márcio lavraram escritura pública de união estável, estabelecendo como uma das cláusulas da união a renúncia aos alimentos. No curso da união estável, Márcio sofreu um acidente que o incapacitou para o trabalho. Após dois anos do acidente, Flávio decidiu romper a relação e procurou a Defensoria Pública em Cuiabá para entender seus direitos. Neste caso, respaldado por entendimento jurisprudencial do STJ, Márcio
- (A) poderá pleitear alimentos em face de Flávio, somente se não tiver sido o culpado pela dissolução do vínculo familiar.
 - (B) não poderá pleitear alimentos em face de Flávio, pois a renúncia se deu em contrato válido e eficaz, sem vícios de consentimento.
 - (C) poderá pleitear alimentos em face de Flávio, em razão da reciprocidade existente durante o vínculo familiar e diante da irrenunciabilidade dos alimentos.
 - (D) poderá pleitear alimentos em face de Flávio, independentemente da comprovação de necessidade.
 - (E) não poderá pleitear alimentos em face de Flávio, visto que a entidade familiar da união estável não prevê legalmente a obrigação alimentar entre os companheiros.
-
8. Lara, adolescente, 16 anos, pichou o muro de seu vizinho, o qual procurou os pais da adolescente pedindo a reparação de seus danos. Neste caso, os pais de Lara
- (A) respondem pelos danos ao vizinho somente se a adolescente for condenada na esfera infracional.
 - (B) respondem civilmente pela reparação de danos em relação ao vizinho de forma subjetiva.
 - (C) não respondem civilmente pela obrigação de reparação de danos, ficando a responsabilidade de Lara restrita à esfera infracional.
 - (D) respondem civilmente pela reparação de danos em relação ao vizinho de forma objetiva.
 - (E) podem cobrar o ressarcimento dos danos pagos ao vizinho em regresso da adolescente.

Direito Processual Civil

9. A Lei nº 13.140/2015 regulamentou a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias. De acordo com o referido diploma legal,
- (A) decorrido o prazo de cento e oitenta dias, contado do término da última audiência em que atuou, o mediador poderá assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.
 - (B) a confidencialidade da mediação em relação a terceiros implica na impossibilidade de divulgação de suas informações em processo judicial, em qualquer hipótese.
 - (C) ao mediador se aplicam as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.
 - (D) a existência de processo judicial em curso impede que as partes se submetam à mediação.
 - (E) o início do procedimento de mediação não implicará em suspensão do prazo prescricional.
-
10. Carlos ajuizou ação de reintegração de posse em face de Ana, visando a retomada de um imóvel. Após a instrução probatória, o autor não conseguiu demonstrar que tinha posse anterior do bem. Segundo a teoria da asserção, a extinção do processo deverá ocorrer
- (A) sem resolução de mérito, por carência de interesse processual.
 - (B) com resolução do mérito, em razão da cognição profunda sobre as alegações do autor.
 - (C) sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita.
 - (D) com resolução do mérito, tendo em vista que o CPC de 2015 aboliu a análise das condições da ação.
 - (E) sem resolução de mérito, pela ausência de legitimidade ativa de Carlos.
-
11. Mara foi ré em uma ação de cobrança, em que foi pessoalmente citada e devidamente representada pela Defensoria Pública. Após o trânsito em julgado do processo, o autor iniciou o cumprimento de sentença em seu desfavor. De acordo com o CPC, a intimação de Mara para cumprir a sentença deverá ocorrer por
- (A) publicação no Diário da Justiça.
 - (B) carta com aviso de recebimento.
 - (C) oficial de justiça.
 - (D) meio eletrônico.
 - (E) edital.



12. Acerca da confissão no Código de Processo Civil, considere os itens a seguir:

- I. A confissão de um réu prejudica os demais litisconsortes.
- II. Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.
- III. A confissão é irrevogável.
- IV. A confissão deve ser sempre indivisível.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

13. Valdir ajuizou ação de obrigação de fazer e formulou três pedidos cumulativos em face de Giulia. Por entender que um deles mostrava-se incontroverso, o juiz, antecipadamente, julgou-o procedente, nos termos do artigo 356, I, do CPC. Quanto aos demais, entendeu ser necessária a dilação probatória e, por isso, designou audiência de instrução. Em relação ao pedido julgado procedente, Giulia poderá

- (A) interpor agravo de instrumento, no prazo de 15 dias úteis contados da intimação da decisão.
- (B) opor embargos de declaração, no prazo de 15 dias úteis contados da intimação da decisão.
- (C) aguardar a sentença em relação aos demais pedidos, para, então, questioná-lo em preliminar de apelação ou nas contrarrazões.
- (D) impetrar mandado de segurança, em virtude da ausência de recurso previsto para esta hipótese.
- (E) interpor apelação, no prazo de 15 dias úteis contados da intimação da decisão.

14. De acordo com as hipóteses previstas em lei, via de regra, possui efeito APENAS devolutivo a apelação interposta contra sentença que determina

- (A) a rescisão contratual em relação consumerista.
- (B) a imissão na posse de imóveis urbanos e rurais.
- (C) a reintegração de posse de imóvel rural.
- (D) o despejo de imóvel urbano.
- (E) a manutenção na posse de imóvel urbano.

15. Analise as asserções abaixo.

- I. A desistência da ação pelo autor não obsta o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

PORQUE

- II. O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

É correto afirmar que

- (A) a asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa da I.
- (C) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- (D) as asserções I e II são proposições falsas.
- (E) a asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

16. A respeito da repercussão geral, considere as assertivas a seguir:

- I. A decisão que não conhece o recurso extraordinário por ausência de repercussão geral é irrecorrível.
- II. Em qualquer caso, a parte recorrente está dispensada de demonstrar a existência de repercussão geral para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
- III. Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
- IV. Negada a repercussão geral, o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos extraordinários sobrestados na origem que versem sobre matéria idêntica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

**Direito da Criança e do Adolescente**

17. *A situação de rua e/ou uso de substâncias psicoativas por gestantes ou mães não deve, por si só, constituir motivo para o acolhimento institucional compulsório de seus filhos.* Tal entendimento, que reafirma a importância do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes, vem proclamado, nesses exatos termos
- (A) nas Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que dispõem sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - (B) pela Lei nº 13.257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas e norma de proteção para a primeira infância.
 - (C) em tese jurisprudencial, ainda que não vinculativa, fixada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (Jurisprudência em Teses).
 - (D) em Resolução do Conselho Nacional de Justiça que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua.
 - (E) no ato normativo do Ministério da Saúde que institui a Rede de Atenção Psicossocial para crianças e adolescentes e suas famílias no âmbito do Sistema Único de Saúde.
-
18. Na faixa etária entre 15 anos completos e 18 anos incompletos, segundo prevê expressamente o Estatuto da Juventude, aplica-se
- (A) a norma mais favorável à tutela dos direitos do adolescente, garantida a sua participação no processo decisório, em caso de conflito do Estatuto da Juventude com o Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - (B) o Estatuto da Juventude nos assuntos relacionados à emancipação e promoção da autonomia e o Estatuto da Criança e do Adolescente nas questões relacionadas à proteção do adolescente.
 - (C) a norma do Estatuto da Juventude, sempre que eventual norma conflitante do Estatuto da Criança e do Adolescente aplicar-se indistintamente a crianças e adolescentes.
 - (D) o Estatuto da Juventude e, subsidiariamente, se necessária à garantia do superior interesse do adolescente, em caso de conflito, a norma prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - (E) o Estatuto da Criança e do Adolescente e, excepcionalmente, o Estatuto da Juventude, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.
-
19. Sidney tem 17 anos e cumpre medida socioeducativa de internação. Queixa-se, em entrevista ao defensor, quanto às regras do Centro de Internação sobre as visitas aos internos: as visitas são limitadas a uma vez por semana e não lhe é facultado receber visita íntima de sua namorada, nem tampouco visitas por parte de seus amigos. Também não lhe autorizam a saída para visitar sua família aos finais de semana e, por fim, denuncia que um outro interno se encontra proibido de receber visitas, inclusive de sua mãe. Conforme regras previstas em lei federal que rege a matéria, Sidney deve ser orientado de que
- (A) como há previsão legal de visitas por amigos, Sidney tem direito a recebê-los, sendo indevida sua proibição pelo Regimento Interno do Centro de Internação.
 - (B) a restrição de visitas a apenas uma vez por semana contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente e caracteriza, em tese, infração administrativa.
 - (C) ele terá direito a visita íntima por parte da namorada apenas após completar 18 anos, caso ainda permaneça internado.
 - (D) a situação de seu colega está irregular, já que a lei veda, em qualquer hipótese, a proibição total de visitas dos pais aos internos.
 - (E) as saídas externas para visitar a família, segundo diz expressamente a lei, dependem do cumprimento de condicionalidades previstas no Plano Individual de Atendimento.
-
20. Aurora, avó materna de Amanda, hoje com dois anos e meio, obteve a guarda judicial da neta desde que nasceu, já que Bruna, a mãe, demonstrou-se inapta para o cuidado. Quando Amanda completou seis meses, Aurora ficou doente e entregou a menina para Cassia, amiga da família, cuidar provisoriamente. Porém, já se passaram dois anos e nem a avó, já recuperada, nem a mãe, visitam ou mostram interesse pela criança. Não há pai registral. É correto afirmar que
- (A) Cassia poderá fazer o reconhecimento de maternidade socioafetiva de Amanda diretamente em cartório, desde que haja a concordância de Bruna.
 - (B) Cassia pode adotar Amanda, independentemente do consentimento de Bruna ou de Aurora, mas precisa obter previamente a guarda de Amanda.
 - (C) para adotar Amanda, entre outros requisitos, Cassia precisa ingressar com pedido de habilitação e Amanda necessita ter no mínimo três anos de idade.
 - (D) Aurora, por ser guardiã legal, cometeu, em tese, crime de entrega irregular de criança a terceiro ao deixar Amanda com Cassia sem autorização judicial.
 - (E) se Cassia ingressar agora em Juízo pedindo a guarda de Amanda, face à burla de cadastro, a criança será retirada de seu poder e encaminhada para pretendente habilitado.



21. Jaime, hoje com 18 anos, responde em liberdade a um procedimento para apuração de ato infracional equiparado a roubo, supostamente praticado quando tinha 17 anos. Não tem antecedentes infracionais. Ao final, o juiz aplica-lhe medida socioeducativa de internação. É correto afirmar que,
- (A) se Jaime for preso por crime praticado após o alcance da maioridade, deverá a autoridade judiciária, conforme previsão legal, decidir pela extinção da execução da medida de internação.
 - (B) segundo entendimento do STJ, por inexistir previsão expressa em lei, a Jaime não era possível impor medida socioeducativa em meio aberto.
 - (C) tendo em vista o alcance da maioridade penal e a inexistência de antecedentes, não há previsão legal que autorize a aplicação de medida socioeducativa de internação a Jaime.
 - (D) de acordo com entendimento hoje predominante do STJ, mesmo que Jaime, que não ficou internado provisoriamente, recorra da decisão, é adequado o cumprimento imediato da medida socioeducativa de internação.
 - (E) segundo expressa previsão legal, a intimação da sentença deverá ser feita a Jaime, ao seu defensor e a seus pais, sendo o primeiro consultado sobre seu interesse em dela recorrer.
-
22. A escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas de violência, segundo dispõem expressamente a Lei nº 13.431/2017 e/ou o Decreto que a regulamenta,
- (A) seguirá o rito cautelar de antecipação de prova quando a criança ou o adolescente tiver menos de sete anos.
 - (B) deverá ser colhida por psicólogo e gravada com equipamento que assegure a qualidade audiovisual.
 - (C) objetiva colher, valorar e avaliar as declarações da vítima sobre a situação de violência, visando a superação das consequências da violação sofrida.
 - (D) não tem o escopo de produzir prova para o processo de investigação e de responsabilização.
 - (E) é o procedimento de entrevista, regido por protocolo próprio, da criança e de seus responsáveis, sobre a situação de violência.
-
23. Inobstante inexistir lei federal que trate exclusivamente e de forma mais detalhada sobre o tema da publicidade infantil,
- (A) a Convenção sobre os Direitos da Criança impõe aos Estados-partes o dever de elaborar diretrizes de proteção da criança contra a exposição a informações e materiais prejudiciais ao seu bem-estar bem como a conteúdos impróprios à sua idade.
 - (B) o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe que revistas, publicações e programas radiofônicos e televisivos destinados ao público infanto-juvenil contenham anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas, fogos de artifício e jogos de azar.
 - (C) o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) define como uma das áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a proteção contra toda forma de pressão consumista e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.
 - (D) o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) classifica como enganosa e, portanto, proibida, toda publicidade que se aproveite da imaturidade e da deficiência de julgamento e experiência da criança e do adolescente.
 - (E) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) incluiu recentemente a educação alimentar e nutricional dentre os temas transversais da base nacional curricular e recomendou restrições, no espaço escolar, à venda e veiculação de anúncios de alimentos com elevados valores energéticos, de sal, de açúcar e de gordura.

Direito do Consumidor

24. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, em regra, o comerciante responde pelo fato do produto, independentemente da existência de culpa,
- (A) somente quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.
 - (B) se outro produto de melhor qualidade tiver sido colocado no mercado.
 - (C) mesmo se houver realizado a conservação adequada de produtos perecíveis.
 - (D) quando insuficientes ou inadequadas as informações sobre sua utilização e riscos.
 - (E) quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.
-
25. Mário recebeu, sem prévia ou expressa solicitação, cartão de crédito do banco do qual é correntista. Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, o banco realizou
- (A) prática comercial abusiva, ato ilícito não indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
 - (B) prática comercial abusiva, ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
 - (C) ato ilícito indenizável, mas não sujeito à aplicação de multa administrativa.
 - (D) prática comercial abusiva e ato ilícito não indenizável.
 - (E) ato ilícito não indenizável, porém sujeito à aplicação de multa administrativa.



26. Luzia, idosa, estava acostumada a pagar em média 100 reais por mês em sua conta de luz. Contudo, no mês de maio de 2022, surpreendeu-se com a cobrança de 500 reais em sua fatura. Em junho, novamente a cobrança foi de aproximadamente 500 reais. A usuária realizou o pagamento das faturas, mesmo com dificuldades financeiras e acreditando que o valor não estava correto. Ao procurar a Defensoria Pública, relatou o ocorrido e informou que não havia mudado seu padrão de consumo, pois continua morando sozinha e usando os mesmos eletrodomésticos. Por meio da prerrogativa de requisição, a empresa fornecedora de energia foi instada a revisar os valores e a prestar esclarecimentos, mas se manteve silente. Diante do caso, a ação judicial promovida pela Defensoria Pública poderá
- (A) requerer a repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.
 - (B) somente se valer dos fundamentos do Código Civil, por não estar presente relação de consumo no caso.
 - (C) requerer a repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, sem correção monetária e juros legais.
 - (D) somente requerer a devolução simples do valor que pagou em excesso.
 - (E) requerer a repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, sem o acréscimo de juros legais.
-
27. João realizou contratação de plano de saúde há 1 mês. O plano de saúde previa cláusula contratual de carência de 180 dias para internações de um modo geral. Contudo, João sofreu um AVC logo após a contratação completar 30 dias e foi para a emergência de hospital particular que constava na rede referenciada de cobertura do plano de saúde. Ao chegar no hospital, teve a notícia de que o plano não cobriria o atendimento em razão do período de carência. Nesse caso, de acordo com entendimento sumulado do STJ, a conduta do plano é
- (A) ilícita, porque, em situações de urgência ou emergência, a carência máxima deve ser de 24 horas da contratação.
 - (B) lícita, pois a discussão acerca da cobertura pode ser feita *a posteriori* com eventual reparação de danos.
 - (C) ilícita, porque, em situações de urgência ou emergência, a carência máxima deve ser de 72 horas da contratação.
 - (D) ilícita, porque não é possível a imposição pelo plano de qualquer período de carência para casos de emergência ou urgência.
 - (E) lícita, pois a previsão de carência contratual é liberalidade do plano de saúde.

Direitos Difusos e Coletivos

28. Considerando as teses de jurisprudência prevalente publicadas pelo Superior Tribunal de Justiça acerca do processo coletivo, é correto afirmar:
- (A) A eficácia subjetiva da sentença coletiva abrange os substituídos domiciliados em todo o território nacional desde que a ação tenha sido proposta por entidade associativa de âmbito estadual na capital do Estado.
 - (B) As associações, na qualidade de substitutos processuais, têm legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representam, devendo apresentar a relação nominal dos afiliados.
 - (C) Na execução individual de sentença coletiva contra a Fazenda Pública, quando já iniciada a execução coletiva, o prazo quinquenal para a propositura do título individual interrompe-se com a propositura da ação coletiva.
 - (D) Aplica-se a dispensa de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas aos autores e réus de ações civis públicas, conforme previsto no artigo 18 da Lei nº 7.347/1985.
 - (E) O ajuizamento de ação coletiva atinente a macrolide geradora de processos multitudinários não suspende as ações individuais até o julgamento da referida ação coletiva.
-
29. Para a titulação de comunidades quilombolas,
- (A) o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) garantirá a assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades de quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, prestando assessoramento à Defensoria Pública quando seus órgãos de execução representarem os interesses de tais comunidades.
 - (B) o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) remeterá o relatório técnico para órgãos federais, incluindo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para opinarem sobre as matérias de suas respectivas competências.
 - (C) a Fundação Cultural Palmares publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Município onde se localiza a área sob estudo, assim como deverá afixá-lo na sede do cartório de registro de imóveis onde está situado o imóvel.
 - (D) a caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade considerando a área ocupada em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.
 - (E) nas terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo que forem de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, a Fundação Cultural Palmares encaminhará o procedimento para os entes responsáveis pela titulação.



30. A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, estabelece que
- (A) os Centros Estaduais de Defesa dos Direitos Humanos para a população em situação de rua deverão instituir a contagem oficial da população em situação de rua, que embasará as políticas federais.
 - (B) os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, com participação de representantes desse segmento da população.
 - (C) a rede de serviços de atendimentos será implementada de forma centralizada e coordenada pela União, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social em parceria com o Ministério da Justiça.
 - (D) o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) deverá adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos seus espaços físicos.
 - (E) os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Políticas sobre Drogas (SISNAD) e do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).
-
31. Acerca da proteção aos direitos dos povos indígenas durante a pandemia de Covid-19, o Supremo Tribunal Federal determinou que
- (A) as medidas de intervenção sejam acompanhadas da destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração ambiental, inclusive dos equipamentos nela utilizados, pelos fiscais ambientais, no local do flagrante, mediante decisão fundamentada da autoridade administrativa hierarquicamente superior.
 - (B) seja elaborado e implementado um Plano de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas Brasileiros, de comum acordo, pela União, Estados e comunidades indígenas, com a participação e monitoramento do Conselho Nacional de Igualdade Racial.
 - (C) a União proceda à publicidade prévia de suas ações, divulgando datas e outros elementos, na execução do Plano Sete Terras, para a adequada proteção da vida, da saúde e da segurança das populações indígenas que habitam as Terras Indígenas Yanomami e Munduruku.
 - (D) seja providenciada a elaboração de um plano de desintrusão para retirada de invasores das terras indígenas, com o ingresso nas terras indígenas de forças policiais e militares, bem como a adoção de medida emergencial de contenção e isolamento dos invasores em relação às comunidades indígenas.
 - (E) os serviços do Subsistema Indígena de Saúde sejam acessíveis a todos os indígenas aldeados, independentemente de suas terras estarem ou não homologadas, bem como o acesso de indígenas não aldeados ao subsistema se dará somente na falta de disponibilidade do SUS geral.
-
32. A regulamentação legal do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico estatui que
- (A) a alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, respeitará o direito de preferência dos Municípios, Estados e União, nessa ordem.
 - (B) as coisas tombadas deverão ser reparadas, pintadas ou restauradas, sendo mantidas em bom estado, sob as expensas exclusivas do seu proprietário.
 - (C) as obras de origem estrangeira que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos são parte do patrimônio histórico e artístico nacional.
 - (D) o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimento com as autoridades eclesiásticas, dentre outras, com o objeto de obter sua cooperação em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.
 - (E) a coisa tombada não poderá sair do país sem transferência de domínio, ainda que por curto período e com fins de intercâmbio cultural.
-
33. Acerca da intervenção do *amicus curiae*, o Código de Processo Civil prevê que
- (A) a intervenção de órgão que possua foro no Tribunal de Justiça ou em justiça especializada implica a alteração da competência para julgamento da ação.
 - (B) é vedada a participação de pessoa natural, ainda que possua representatividade adequada na matéria relevante analisada naquele processo judicial.
 - (C) a decisão do juiz ou relator que inadmite a participação do proponente do *amicus curiae* pode ser impugnada por meio do recurso de agravo.
 - (D) os poderes do *amicus curiae* são aqueles expressamente estabelecidos no Regimento Interno do Tribunal no qual se insere a autoridade judiciária que analisou o pedido de intervenção.
 - (E) o *amicus curiae* pode apenas, em sede recursal, opor embargos de declaração e recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

**BLOCO II****Direito Penal**

34. *Um estudo inédito sobre a reincidência de presos no Brasil apontou que 41% dos presos de Mato Grosso voltam para a cadeia em até 5 anos. Os dados, com base no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram divulgados na terça-feira [...]. O levantamento levou em consideração presos e adolescentes que tiveram sentença condenatória entre 2015 e 2019. Foram avaliadas as chamadas reentradas (reincidência) nesse grupo durante o período observado.*

(Disponível em: www.g1.globo.com)

O índice de reincidência no Estado do Mato Grosso, apontado no trecho acima, conduz a críticas quanto à pena em sua função de prevenção

- (A) especial positiva.
 - (B) geral negativa.
 - (C) especial negativa.
 - (D) agnóstica.
 - (E) geral positiva.
-
35. Configura causa de aumento de pena do crime de tortura aquele praticado
- (A) com intenso sofrimento físico ou mental.
 - (B) por agente público na qualidade de sujeito ativo.
 - (C) contra pessoa presa ou sujeita à medida de segurança.
 - (D) em razão de discriminação racial.
 - (E) prevalecendo-se de relações domésticas.
-
36. As penas de multa
- (A) prescrevem em um ano quando a multa for a única cominada ou aplicada.
 - (B) deverão ser pagas dentro de um ano depois de transitada em julgado a sentença.
 - (C) podem substituir as penas privativas de liberdade iguais ou inferiores a um ano.
 - (D) são aplicadas distinta e integralmente no concurso de crimes.
 - (E) são extintas se sobrevém ao condenado doença mental.
-
37. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a importação de pequena quantidade de sementes de maconha configura
- (A) o crime inscrito no art. 33, § 1º, da Lei nº 11.343/2006, por se tratar de apreensão de matéria-prima ou insumo para o preparo de drogas, para o qual não se aplica o princípio da insignificância.
 - (B) o crime inscrito no art. 28, § 1º, da Lei nº 11.343/2006, por se tratar de apreensão de matéria-prima ou insumo para o preparo de pequena quantidade de drogas para uso pessoal.
 - (C) conduta atípica, por não se amoldar ao art. 33 § 1º, da Lei nº 11.343/2006 e por configurar, em tese, ato preparatório impune para o crime do art. 28, § 1º, da mesma lei.
 - (D) conduta materialmente atípica, o que afasta a imputação do crime de contrabando (art. 334-A do Código Penal) diante da apreensão de ínfima quantidade de mercadoria proibida.
 - (E) conduta materialmente atípica, o que afasta a imputação do crime de tráfico de drogas, por se tratar de apreensão de ínfima quantidade de matéria-prima ou insumo para o preparo de droga.
-
38. O tipo penal
- (A) no crime omissivo próprio exige o comportamento ativo do agente de acordo com sua relação com o bem jurídico.
 - (B) representa um indício da culpabilidade segundo a teoria materialista objetiva do delito.
 - (C) tem sua primeira construção dogmática no finalismo de Hans Welzel.
 - (D) demanda o desvalor do resultado para sua existência como elemento do delito.
 - (E) é a estrutura legal que descreve o comportamento proibido, possuindo função de garantia.
-
39. O dolo direto de segundo grau
- (A) se verifica com a consciência sobre os resultados necessários para atingir determinado fim e a vontade de seguir adiante.
 - (B) impede a desclassificação do delito para a forma tentada.
 - (C) é puramente cognitivo no direito penal brasileiro.
 - (D) leva em consideração a finalidade última do agente representado pelo resultado típico.
 - (E) está presente quando o agente tem consciência do risco criado por seu comportamento, considera seriamente sua realização e se conforma com o resultado lesivo.



40. O crime de ameaça
- (A) praticado mediante violência tem a pena aumentada em um terço.
 - (B) tem a pena aumentada da metade se cometido contra mulher por razões da condição de sexo feminino.
 - (C) pode ser praticado por gesto ou qualquer outro meio simbólico.
 - (D) é punido com pena de multa cumulativamente com a pena privativa de liberdade.
 - (E) deve conter a promessa de um mal injusto que, se for grave, aumenta a pena em um sexto.
-
41. Sobre os crimes contra a flora é correto afirmar que
- (A) a danificação de floresta considerada de preservação permanente é fato atípico se estiver apenas em formação.
 - (B) a pena é aumentada de um sexto a um terço se o crime for cometido em domingo ou feriado.
 - (C) as figuras típicas são punidas apenas à título de dolo.
 - (D) soltar balão que possa provocar incêndio em qualquer forma de vegetação é atípico se praticado em área urbana.
 - (E) maltratar plantas de ornamentação de logradouros públicos constitui crime apenas se especialmente protegida por risco de extinção.
-
42. A culpabilidade
- (A) como circunstância judicial na aplicação da pena deve ser avaliada sempre positivamente sob pena de configuração de dupla punição pelo mesmo fato.
 - (B) fundada na teoria psicológica abarca a imputação objetiva do funcionalismo teleológico.
 - (C) é excluída com o reconhecimento da prescrição da pretensão executória em razão das consequências garantistas do instituto.
 - (D) fundada na teoria extremada compreende as discriminantes putativas como erro de tipo.
 - (E) como juízo de reprovação exige que se tenha a possibilidade de saber que a ação praticada é proibida.
-
43. A Lei de Drogas estabelece
- (A) idêntico tratamento ao reincidente específico por tráfico de drogas no cumprimento da pena.
 - (B) causas de aumento da sanção e minorantes, mas não prevê causa de isenção de pena.
 - (C) critérios puramente objetivos para aferir a figura do usuário de drogas.
 - (D) hipótese de isenção de pena, para qualquer delito, desde que satisfeitos os requisitos legais.
 - (E) tão somente figuras típicas dolosas, admitindo-se em certas hipóteses o *conatus*.
-
44. Sobre a prescrição, é correto afirmar:
- (A) A reincidência aumenta o prazo da prescrição da pretensão punitiva em terça parte.
 - (B) O curso do prazo prescricional é interrompido pela decisão que aplica a medida de segurança.
 - (C) A prescrição da pretensão punitiva não corre durante o tempo em que o agente está preso por outro motivo.
 - (D) No crime de falsidade ideológica a prescrição da pretensão punitiva se inicia quando da consumação do delito.
 - (E) A prescrição da prestação pecuniária ocorrerá em dois anos quando for a única pena aplicada.
-
45. Em relação aos crimes da parte especial do Código Penal:
- (A) Segundo posição do Superior Tribunal de Justiça, comete o crime de peculato o funcionário público que se apropria de verbas pagas a título de remuneração sem cumprir o dever de contraprestar os serviços para o qual foi contratado ou nomeado.
 - (B) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o agente que desobedecer a ordem legal de parada, feita por agente público em contexto de policiamento ostensivo, visando a repressão de crimes, não comete conduta típica.
 - (C) Conforme disposição legal, mostra-se possível a aplicação apenas da pena de multa ao crime de receptação qualificada, desde que de pequeno valor o bem objeto do delito.
 - (D) Conforme entendimento dos Tribunais Superiores, não se admite a figura do estelionato qualificado-privilegiado, uma vez que o interesse público impede o reconhecimento da benesse legal.
 - (E) O agente primário que pratica o delito de furto mediante o abuso de confiança de coisa avaliada abaixo de um salário-mínimo, faz jus ao reconhecimento do furto privilegiado-qualificado.

Direito Processual Penal

46. Maria, pessoa com deficiência, reside na cidade de Cuiabá/MT. Em maio de 2022, viajou em férias com sua família para Porto Seguro/BA, onde permaneceu por uma semana. No segundo dia de viagem, Maria postou uma foto em sua conta em rede social, momento em que recebeu uma mensagem privada de um desconhecido com os seguintes dizeres: *como pode uma aleijada achar bonito usar biquíni?* Após boletim de ocorrência registrado na cidade de Cuiabá, restou descoberto que José, morador de Manaus/AM, foi o autor da mensagem enviada dessa cidade, embora tenha se mudado para São Paulo/SP, após os fatos. Nesse passo, eventual ação de injúria deve ser proposta na cidade de
- (A) São Paulo.
 - (B) Cuiabá.
 - (C) Porto Seguro.
 - (D) Manaus.
 - (E) Brasília.



47. Mas, afinal, o que é standard de prova? Podemos definir como os critérios para aferir a suficiência probatória, o 'quanto' de prova é necessário para proferir uma decisão, o grau de confirmação da hipótese acusatória. É o preenchimento desse critério de suficiência que legitima a decisão. O standard é preenchido, atingido, quando o grau de confirmação alcança o padrão adotado.

(Disponível em: <https://www.conjur.com.br>)

A partir de tal definição, é correto afirmar que

- (A) a utilização dos *standards* de prova busca controlar de forma racional e lógica o livre convencimento dos julgadores, minimizando a chance de erro. Assim, no Processo Penal ordinário o *standard* de prova exigido para condenação é o da preponderância da prova acusatória (*preponderance of evidence*).
- (B) por possuírem como matriz comum a Teria Geral do Processo, os *standards* probatórios definidos pelo Processo Penal são equivalentes aos do Processo Civil e do Processo Administrativo sancionador.
- (C) o *standard* probatório exigido para a condenação criminal de alguém pode ser rebaixado de acordo com o crime cometido, em especial em relação aos crimes hediondos e equiparados.
- (D) o *standard* probatório pode variar conforme a fase procedimental, sendo aceito que a exigência probatória seja menor para receber uma acusação do que o exigido para proferir uma sentença condenatória.
- (E) o Processo Penal, por aferir liberdade, não trabalha com a categoria dos *standards* probatórios típicos do Processo Civil, exigindo a certeza da ocorrência dos fatos para a condenação de alguém.

48. Acerca das disposições legais sobre a representação, é correto afirmar:

- (A) O inquérito policial para averiguar a ocorrência de crime de perigo de contágio venéreo não pode ser iniciado sem a representação do ofendido.
- (B) No caso de crime capitulado como furto de coisa comum, a necessária representação será irretratável após recebida a denúncia.
- (C) Oferecida a representação, torna-se obrigatória a instauração de inquérito policial, sem o qual não pode o Ministério Público intentar ação penal.
- (D) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, extingue-se o processo penal pela decadência do direito de representar.
- (E) O crime de estelionato, a partir do denominado "Pacote Anticrime", passou a ser de ação penal pública incondicionada, salvo se a vítima for criança ou adolescente, quando se exigirá representação dos responsáveis legais.

49. Sobre o Tribunal do Júri, as nulidades em seu procedimento e a competência para julgamento, é correto afirmar que

- (A) a competência para o processo e julgamento do crime de latrocínio é do Tribunal do Júri caso sobrevenha o resultado morte.
- (B) o não oferecimento de alegações finais na fase acusatória não é causa de nulidade do processo, pois o juízo de pronúncia é provisório, não havendo antecipação do mérito da ação penal, mas mero juízo de admissibilidade positivo ou negativo da acusação formulada.
- (C) a complementação do número regulamentar mínimo de quinze jurados por suplentes de outro plenário do mesmo Tribunal do Júri enseja, por si só, a nulidade absoluta do julgamento.
- (D) é relativa a nulidade do julgamento, pelo Júri, por falta de quesito obrigatório, devendo, se o caso, a defesa demonstrar o prejuízo ínsito às nulidades processuais.
- (E) na intimação pessoal do réu acerca de sentença de pronúncia ou condenatória do Júri, a ausência de apresentação do termo de recurso ou a não indagação sobre sua intenção de recorrer não gera nulidade do ato.

50. A reincidência no processo penal

- (A) impede o oferecimento de transação penal caso a condenação de crime anterior tenha sido à pena privativa de liberdade, mas não impede a composição de danos prevista na Lei nº 9.099/1995.
- (B) torna defeso a fixação de fiança nos casos de crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima inferior a quatro anos.
- (C) inverte o ônus da prova, passando ao réu reincidente a obrigação de comprovar que não praticou a conduta criminosa em todos os seus termos.
- (D) permite a prisão preventiva do réu pelo cometimento do crime de receptação simples independente da aferição dos demais requisitos e pressupostos da medida constritiva.
- (E) deve estar descrita na denúncia oferecida pelo Ministério Público, sob pena de, caso o juiz a reconheça na sentença, violar a correlação entre acusação e sentença.



51. Sobre as prisões e medidas cautelares diversas, é correto afirmar:
- (A) Em recente decisão, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a prisão temporária, não mais existindo tal modalidade em nosso ordenamento jurídico.
 - (B) A partir do “Pacote Anticrime”, restaram vedadas a decretação e a revogação de ofício de medida cautelar pessoal restritiva de liberdade.
 - (C) Caso a mulher esteja gestante e não estejam presentes os requisitos e pressupostos da prisão preventiva, deve o juiz substituí-la pela prisão domiciliar.
 - (D) A prisão preventiva deve ser revogada automaticamente caso não seja reavaliada no prazo legal de noventa dias.
 - (E) É afiançável o crime de roubo quando praticado em concurso de pessoas, mas não o é o crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo que cause perigo comum.
-
52. Rodrigo foi investigado pelos delitos previstos nos artigos 180, *caput*, e 311, ambos do Código Penal. Ao término do inquérito policial, o Ministério Público ofereceu a respectiva denúncia, pleiteando ainda a prisão preventiva do acusado, o que foi deferido pelo Magistrado competente. Todavia, Rodrigo não foi encontrado, permanecendo foragido. Não obstante, constituiu advogado e apresentou sua resposta à acusação. Na sequência o acusado revogou a procuração, solicitando os serviços da Defensoria Pública. Com o advento das novas tecnologias foi designada audiência de instrução, debates e julgamento de maneira virtual. Intimado, o Defensor Público requereu fosse disponibilizado *link* para que o réu, ainda foragido, pudesse participar e ser interrogado. Nesse cenário, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, o magistrado deve
- (A) negar a participação virtual do réu pois, apesar de não haver renúncia tácita, o princípio da boa-fé processual impede a participação da pessoa foragida.
 - (B) enviar *link* para possibilitar a participação virtual do réu, preservando todos os seus direitos enquanto interrogado.
 - (C) enviar *link* para participação virtual do réu, mas este deve firmar o compromisso de se entregar após a audiência de instrução designada.
 - (D) negar a participação virtual do réu, pois, ao permanecer foragido, houve renúncia tácita ao direito de participar da audiência de instrução.
 - (E) enviar *link* para participação virtual do réu, mas este deve firmar o compromisso de responder todas as perguntas feitas, equilibrando obrigações e deveres processuais.
-
53. A defesa de Joaquim interpôs recurso especial com base no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, apontando como normas violadas os artigos 226 e 155, ambos do Código de Processo Penal, pois ilegal o reconhecimento pessoal realizado em juízo, falecendo provas realizadas na etapa judicial para o desfecho condenatório, e o artigo 59, *caput*, do Código Penal, uma vez que o suposto antecedente negativo foi reconhecido a partir de condenação com pena cumprida e declarada extinta há mais de doze anos da data dos fatos, sendo, portanto, muito antigo. Sobreveio a decisão obstando a subida do recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), fundamentada, em suma, que o recurso: i) não seria admitido por violar a súmula 7 do STJ quanto ao pedido de violação dos artigos do Código de Processo Penal; e ii) não teria seguimento por ser contrário ao Tema 150 do Supremo Tribunal Federal, julgado no regime de recursos repetitivos. Da decisão acima caberá
- (A) agravo contra decisão denegatória de recurso especial quanto ao primeiro item da decisão e o agravo interno ou regimental contra o segundo.
 - (B) agravo contra decisão denegatória de recurso especial contra os dois itens da decisão, dado o princípio da unirrecorribilidade.
 - (C) agravo interno ou regimental contra os dois itens da decisão, por ser mais amplo e respeitar o princípio da unirrecorribilidade.
 - (D) *habeas corpus* contra o primeiro item da decisão e o agravo contra decisão denegatória de recurso especial contra o segundo.
 - (E) agravo contra decisão denegatória de recurso especial contra o primeiro item da decisão e apenas os embargos de declaração contra o segundo.
-
54. Sobre o mandado de segurança em matéria criminal, o *habeas corpus* e a revisão criminal, é correto afirmar:
- (A) Será incabível o *habeas corpus* impetrado para discutir medidas cautelares alternativas à prisão preventiva, vez que pressupõe paciente em liberdade.
 - (B) Quando o impetrante do mandado de segurança for o Ministério Público, a citação do acusado como litisconsorte passivo é dispensável.
 - (C) Não cabe o mandado de segurança contra ato jurisdicional que defere o desbloqueio de bens e valores, segundo o Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Carece de interesse recursal o ajuizamento de revisão criminal decorrente de condenação apenas a pena de multa, já solvida pelo interessado.
 - (E) É admissível a intervenção do assistente de acusação em ação de *habeas corpus*, conforme entendimento dos Tribunais Superiores.
-
55. Sobre as citações e intimações no processo penal, é correto:
- (A) A citação por hora certa, já aceita como constitucional pelos Tribunais Superiores, impõe a continuação da ação penal e não sua suspensão.
 - (B) A revelia impõe, *ex vi legis*, a veracidade dos fatos trazidos na denúncia ou queixa-crime.
 - (C) A revelia do acusado citado por edital leva à necessária decretação da prisão cautelar.
 - (D) A ausência do réu citado por edital, ainda que constitua advogado, impede a continuidade da ação penal até a sentença absolutória.
 - (E) A revelia, embora suspenda a ação penal e vede qualquer ato de instrução, não impede a intimação do advogado via imprensa oficial.

**Direito de Execução Penal**

56. Em relação às autorizações de saída de pessoas em cumprimento de pena dos estabelecimentos prisionais, é correto afirmar:
- (A) A permissão de saída nas hipóteses do art. 120, da Lei de Execução Penal, será concedida ao condenado que tiver cumprido no mínimo 1/6 da pena, se for primário, e 1/4, se reincidente.
 - (B) A permissão de saída em razão de falecimento de cônjuge será concedida apenas pelo juiz da vara de execuções criminais.
 - (C) A permissão de saída será concedida quando houver falecimento do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão do preso, sendo vedada a autorização em caso de doença do familiar.
 - (D) A legislação vigente permite a saída de preso em cumprimento de pena no regime fechado para visitar ascendente acometido de doença grave, porém, a permanência do condenado fora do estabelecimento prisional neste caso terá duração máxima de dois dias.
 - (E) De acordo com a Lei de Execução Penal, o condenado que cumpre pena em regime semiaberto pela prática de crime hediondo com resultado morte, ainda que primário, não terá direito à saída temporária.
-
57. Sobre a execução provisória da pena, é correto afirmar:
- (A) É inadmissível a concessão de progressão de regime ao preso condenado, cuja sentença ainda não transitou em julgado para a acusação, uma vez que a pena neste caso poderá ser majorada.
 - (B) A jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça não admite a execução provisória de pena restritiva de direitos, por força do disposto no art. 147, da Lei de Execução Penal.
 - (C) O Superior Tribunal de Justiça entende que não é possível a formação do processo de execução criminal provisória quando há recurso de apelação interposto pelo Ministério Público pendente de julgamento.
 - (D) A Lei de Execução Penal é destinada aos condenados definitivos, não sendo aplicada aos presos provisórios.
 - (E) É vedada a execução provisória da pena privativa de liberdade na hipótese de réu preso com sentença penal condenatória recorrível, uma vez que a medida representa afronta ao princípio da presunção de inocência.
-
58. Maria procurou atendimento da Defensoria Pública para se informar a respeito do processo de execução criminal de seu companheiro José. Durante análise da sua situação processual, verificou-se que José era primário e cumpria pena de doze anos em regime inicial fechado pela prática do crime de homicídio qualificado ocorrido em 01/01/2012. Após cumprir mais de 2/3 de sua pena, foi deferido o livramento condicional em 02/08/2020. Porém, em razão de prática de novo delito no dia 02/03/2021, durante o período de prova, teve seu direito suspenso pelo juiz da vara de execuções criminais. Considerando a situação acima descrita e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:
- (A) Não há prática de falta disciplinar durante o cumprimento do livramento condicional e o período compreendido entre os dias 02/08/2020 e 02/03/2021 deverá ser considerado como tempo de pena cumprido para todos os fins.
 - (B) A prática de crime durante o período de prova caracteriza falta disciplinar grave a ser reconhecida pelo juízo da execução criminal e terá como consequência a interrupção do lapso apenas para fins de progressão de regime.
 - (C) A decisão que concedeu o direito em 02/08/2020 foi equivocada, uma vez que o art. 112, inciso VI, alínea "a", inserido pela Lei nº 13.964/2019, veda a concessão do livramento condicional aos condenados pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte.
 - (D) Ainda que ocorra o trânsito em julgado da sentença penal condenatória pela prática do delito ocorrido no dia 02/03/2021, o fato não poderá ser considerado falta disciplinar grave.
 - (E) O sentenciado responderá pela prática de falta disciplinar grave ocorrida no dia 02/03/2021, o que poderá acarretar a perda de até 1/3 dos dias remidos e na interrupção do lapso para fins de progressão de regime e livramento condicional.
-
59. Em atendimento ao preso Leandro na unidade prisional onde atualmente cumpre pena, a Defensoria Pública foi questionada por ele a respeito do cálculo de penas elaborado pelo juízo no processo de execução criminal. Leandro cumpre pena de seis anos e quatro meses de reclusão pela prática do delito de roubo em concurso de pessoas (art. 157, §2º, inc. II, do CP), em razão de fato praticado em 01 de janeiro de 2021. Na sentença penal condenatória foi reconhecida a sua reincidência, em função de uma condenação anterior pela prática do crime de furto (art. 155, *caput*, do CP), cuja pena já havia sido cumprida integralmente no ano de 2020. Ao examinar o documento apresentado por Leandro, a Defensora Pública verificou que o juiz havia considerado o lapso temporal de 30% para fins de progressão de regime. Considerando a situação de Leandro e os precedentes mais recentes do Superior Tribunal de Justiça, o cálculo realizado está
- (A) incorreto e o lapso temporal deve ser de 1/6, uma vez que não se aplicam neste caso os novos lapsos estabelecidos pela Lei nº 13.964/2019.
 - (B) correto, pois o disposto no art. 112, inc. IV, da Lei de Execução Penal (LEP), prevê expressamente a aplicação do lapso de 30% aos condenados reincidentes em crime cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.
 - (C) incorreto e o lapso temporal aplicável ao caso deve ser de 60%, uma vez que se trata de pessoa reincidente e condenada pela prática de roubo circunstanciado.
 - (D) incorreto e o lapso temporal aplicável ao caso deve ser de 25%, pois o sentenciado não é reincidente específico em crime praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa.
 - (E) incorreto e o lapso temporal aplicável ao caso deve ser de 40%, uma vez que não se trata de sentenciado reincidente específico em crime hediondo ou equiparado.



60. Sobre os estabelecimentos penais, a Lei de Execução Penal brasileira (Lei nº 7.210/1984)
- (A) não prevê mais expressamente a cadeia pública destinada ao recolhimento de presos provisórios.
 - (B) é omissa quanto à implementação de berçários nos estabelecimentos prisionais destinados a mulheres para que possam cuidar de seus filhos no período de amamentação.
 - (C) prevê a instalação de Centro de Observação em unidade autônoma ou em anexo a estabelecimento penal, cuja função é a realização de exames gerais e o criminológico, podendo inclusive realizar pesquisas criminológicas.
 - (D) destina a Colônia Agrícola aos presos em cumprimento de pena no regime aberto para que possam ser reinseridos gradativamente ao meio social.
 - (E) prevê como requisito básico da unidade celular de uma penitenciária, a salubridade do ambiente e a área mínima de 3 m².

61. Em relação ao indulto e à comutação, é correto afirmar:
- (A) A concessão de indulto atinge os efeitos secundários da pena e, portanto, não gera efeitos para fins de reincidência.
 - (B) A sentença que concede o indulto e a comutação tem natureza constitutiva, uma vez que depende do Decreto Presidencial precedido de decisão judicial.
 - (C) Embora o crime previsto no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006 não seja considerado equiparado a crime hediondo, a jurisprudência dos Tribunais Superiores não admite a concessão de indulto, uma vez que há vedação expressa na Lei de Drogas.
 - (D) O Superior Tribunal de Justiça entende que a concessão de indulto deve ser precedida de exame criminológico na hipótese de crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.
 - (E) A superveniência de condenação por fato posterior ao início de cumprimento da pena não altera a data-base para fins de comutação e indulto.

62. Sobre o trabalho penitenciário, é correto afirmar:
- (A) O trabalho externo é admissível para os presos em regime fechado, desde que a condenação tenha sido por crime praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa, conforme art. 36, *caput*, da Lei de Execução Penal.
 - (B) O preso condenado diretamente no regime inicial semiaberto pode realizar trabalho externo antes mesmo de cumprir 1/6 de sua pena, segundo precedentes do STJ.
 - (C) A jurisprudência do STJ não admite que o trabalho diário que exceda a oito horas seja considerado para fins de remição, pois o cálculo do direito deve ser feito em dias e não em horas.
 - (D) O trabalho é obrigatório para o preso definitivo e provisório e terá jornada diária de seis a oito horas, com descanso nos domingos e feriados.
 - (E) Conforme previsto na Lei de Execução Penal, o trabalho do preso tem finalidade educativa e está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Criminologia

63. Para o *labeling approach*
- (A) o desviado é aquele que ao realizar um comportamento não desejado recebe uma etiqueta que o marcará para seus comportamentos futuros.
 - (B) a etiqueta imposta ao criminalizado é uma confirmação de sua tendência à criminalidade.
 - (C) a criminalização secundária incide prioritariamente sobre as mulheres em razão das raízes patriarcais do sistema penal.
 - (D) o comportamento desviado existe ontologicamente e a reação social ao delito impõe uma etiqueta estigmatizante no sujeito criminalizado.
 - (E) o crime organizado é uma forma de resistência ao poder punitivo estatal com possibilidades revolucionárias.

64. A teoria da subcultura delinquente
- (A) possui as ferramentas explicativas do crescimento da criminalização das mulheres no Brasil contemporâneo.
 - (B) oferece uma explicação generalizadora da criminalidade, abarcando a chamada criminologia verde (*green criminology*).
 - (C) tem na construção de Albert Cohen o negativismo da conduta como um de seus elementos caracterizadores.
 - (D) restringe seu objeto ao momento de criminalização primária.
 - (E) expõe a dominação de classe como eixo central do sistema penal, com a imposição de uma cultura sobre a outra.



65. *A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão.*

(DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 180)

A coerção sexual praticada contra mulheres negras escravizadas, citada no trecho acima, evidencia um contexto de ausência da criminalização

- (A) secundária e ausência da vitimização secundária.
- (B) secundária e existência da vitimização primária.
- (C) secundária e existência da vitimização secundária.
- (D) primária e ausência da vitimização primária.
- (E) primária e existência da vitimização primária.

66. De acordo com a teoria da anomia, o crime é entendido como

- (A) uma anomalia que tem como resultado a fragilização da solidariedade e dos valores éticos da sociedade.
- (B) um fenômeno normal da sociedade, que pode em alguns casos ajudá-la a consagrar sua identidade em torno de certos valores.
- (C) uma justificativa para o controle político e legal das classes sociais e varia de acordo com a estrutura econômica e política de cada sociedade.
- (D) uma busca de *status* em determinado grupo social quando praticado por jovens que aderem a padrões da subcultura.
- (E) um comportamento aprendido através da interação com outras pessoas, resultante de um processo de comunicação social.

67. *Enquanto o prendiam, a golpes de martelo, à argola de ferro, ele chorava [...] Partiu para Toulon. Lá chegou após uma viagem de vinte e sete dias sobre uma charrete e com a corrente no pescoço. Em Toulon, colocaram-lhe a vestimenta vermelha. Desde então, tudo o que constituía sua existência se apagou, até mesmo seu nome; não era mais Jean Valjean, era apenas o número 24.601.*

(HUGO, Victor. **Os miseráveis**. Tradução de Regina Célia de Oliveira, São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 104)

O direito das pessoas presas ao chamamento nominal se trata de influência no direito brasileiro da teoria denominada

- (A) *labeling approach*.
- (B) associação diferencial.
- (C) subcultura delinquente.
- (D) minimalista.
- (E) neorealismo de esquerda.

Bloco III

Direito Constitucional

68. Os principais retrocessos democráticos, no mundo atual, decorrem de alterações normativas pontuais, as quais podem ser consideradas constitucionais sob o ponto de vista formal, mas que podem ser questionadas quanto à sua constitucionalidade concreta. Essa definição representa o constitucionalismo

- (A) pluralista.
- (B) autoritário.
- (C) abusivo.
- (D) democrático.
- (E) popular.

69. Em caso de violação dos princípios constitucionais sensíveis previstos no artigo 34, inciso VII, da Constituição Federal por Estado Membro, a propositura de representação interventiva federal cabe **I**. Já o ato de decretação de qualquer tipo de intervenção federal compete exclusivamente **II**.

Preenchem correta e respectivamente as lacunas **I** e **II**:

	I	II
A	a partido político com representação no Congresso Nacional	ao Supremo Tribunal Federal
B	ao Procurador Geral da República	ao Presidente da República
C	ao Chefe do Poder Executivo estadual	ao Senado Federal
D	ao Presidente do Tribunal de Justiça do estado federado	à Câmara dos Deputados
E	ao Presidente da República	ao Congresso Nacional



70. A Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso, em conjunto com o Ministério Federal e a Defensoria Pública da União, tem acompanhado a aplicação de recursos na manutenção da educação. Nesse sentido, considerando previsão expressa da Constituição Federal e da legislação de regência, a contribuição social do salário-educação recolhida pelas empresas configura fonte adicional de financiamento
- (A) para assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos dos trabalhadores.
 - (B) da garantia de padrão de qualidade do ensino obrigatório.
 - (C) para pagamento de aposentadorias e pensões.
 - (D) dos programas suplementares de alimentação e assistência à saúde.
 - (E) da educação básica pública, inclusive da educação especial.
-
71. A partir da publicação da Constituição do estado, o Estado do Mato Grosso iniciou a organização do Ministério Público de Contas. Após a publicação da lei de organização da carreira e de atribuições dos Procuradores de Contas do Ministério Público de Contas do Estado do Mato Grosso, verificou-se a necessidade de importantes alterações na referida lei orgânica, para sua adequação à normativa constitucional estadual atualizada. Considerando a iniciativa exclusiva para propositura do projeto de lei à Assembleia Legislativa, o anteprojeto de lei elaborado pelos atuais Procuradores de Contas deve ser encaminhado ao
- (A) Tribunal de Contas do Estado.
 - (B) Procurador-Geral do Estado.
 - (C) Procurador-Geral de Justiça.
 - (D) Governador do Estado.
 - (E) Procurador-Geral do Ministério Público de Contas.
-
72. A Defensoria Pública foi convidada para participar de atividade de educação em direitos para lideranças comunitárias sobre financiamento público de campanhas eleitorais. Nessa oportunidade, o/a Defensor/a Público/a deverá explicar sobre a regulamentação constitucional acerca da aplicação dos recursos do fundo partidário pelos partidos políticos, os quais
- (A) deverão aplicar, no mínimo, 10% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses suprapartidários.
 - (B) terão computados, para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário, o número de deputados e senadores eleitos que mudarem de partido político motivados pelo não preenchimento, pelo partido pelos quais foram candidatos, dos requisitos necessários para acesso aos recursos de referido fundo.
 - (C) terão direito a tais recursos se obtiverem, nas eleições para o Congresso Nacional, no mínimo, 5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 1/3 das unidades da Federação, com mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas.
 - (D) deverão aplicar pelo menos 30% da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais de mulheres, proporcionalmente ao número de candidatas, devendo sua distribuição ser realizada conforme órgãos de direção e normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.
 - (E) deverão eleger, ao menos, 15 Deputados Federais e representação por Deputados estaduais nas Assembleias Legislativas em 1/3 das unidades da Federação.
-
73. Independentemente das condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, a Constituição Federal assegura à categoria de trabalhadores domésticos
- (A) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado.
 - (B) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
 - (C) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, no mínimo, de 30 dias.
 - (D) fundo de garantia do tempo de serviço.
 - (E) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
-
74. Em decorrência dos problemas advindos da pandemia de Covid-19, o governo do estado criou Secretaria de Estado voltada exclusivamente para as ações de vigilância em saúde, com o mesmo *status* das demais secretarias estaduais, visando o monitoramento de situações que podem gerar novas emergências em saúde e a coordenação das ações. Acreditando que a proteção à saúde pode vir a ocorrer de maneira insuficiente, fragmentada e desarticulada, a partir da criação dessa secretaria, a Defensoria Pública elaborou representação para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, encaminhando ofício ao Procurador-Geral da República e, também, acionando partidos políticos com representação no Congresso Nacional. Referida representação foi fundamentada na violação à diretriz constitucional do Sistema Único de Saúde, a qual estabelece a
- (A) organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos dos serviços assistenciais.
 - (B) integração em nível executivo das ações de saúde e de vigilância.
 - (C) hierarquização da rede de serviços de saúde.
 - (D) descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
 - (E) preservação da autonomia das pessoas sobre as condições de saúde.
-
75. Em 1997, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais as previsões da Constituição do Estado do Mato Grosso sobre o Conselho
- (A) Deliberativo Escolar, por ferir a autonomia da gestão escolar e o pluralismo educacional.
 - (B) Municipal Deliberativo, por violação ao federalismo brasileiro e à autonomia dos Municípios.
 - (C) de Governo, diante da competência exclusiva do Conselho da República para tratar e opinar acerca dos assuntos de sua competência.
 - (D) Distrital de Representantes da População, por criar forma de participação popular sem esteio na Constituição Federal.
 - (E) Estadual de Justiça, por violação à autonomia do Poder Judiciário e inexistência de paridade com a Constituição Federal.

**Direito Administrativo**

76. O controle da administração, classificado como controle por vinculação, consiste no poder exercido
- (A) promovido concomitantemente à execução da atividade controlada.
 - (B) pela Administração direta sobre as entidades descentralizadas.
 - (C) por autoridade hierarquicamente superior àquela que praticou o ato controlado.
 - (D) pela própria Administração quanto aos juízos de conveniência e oportunidade de seus atos.
 - (E) pela própria Administração quanto à análise de seus atos vinculados.
-
77. A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) trouxe, em seu texto, como inovação, a
- (A) fase de julgamento das propostas anteceder a da habilitação.
 - (B) obrigatoriedade de se publicizar o montante do orçamento a ser desembolsado no contrato.
 - (C) forma de licitação presencial, como regra, e eletrônica, como exceção.
 - (D) proibição da contratação semi-integrada.
 - (E) instituição do sistema fechado de oferecimento de lances.
-
78. Na organização administrativa do Estado, a espécie de desconcentração que utiliza como critério para repartição de competências a relação de subordinação entre os diversos órgãos é conhecida como
- (A) multiorganizacional.
 - (B) material.
 - (C) funcional.
 - (D) temática.
 - (E) territorial.
-
79. Com referência aos atos administrativos, o desvio de poder
- (A) torna anulável o ato administrativo.
 - (B) é vício que atinge a sua finalidade.
 - (C) é termo genérico, tendo como espécie o abuso de poder.
 - (D) ocorre quando há excesso nos limites de sua competência.
 - (E) tem como exemplo a usurpação de poder.
-
80. É característico da parceria público-privada
- (A) não haver compartilhamento de riscos, como no contrato de concessão.
 - (B) sempre carregar, em seu objetivo, execução de obras ou fornecimento de bens.
 - (C) ser reconhecida como tipo de contrato de permissão.
 - (D) incentivar o investimento do setor privado no público e vice-versa.
 - (E) ser aplicável a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Direito Tributário

81. A teoria do sacrifício, em matéria tributária, consiste em
- (A) fixar a tributação de forma a desestimular o contribuinte a manter propriedades improdutivas.
 - (B) isentar os mais pobres, tributando-se, sempre, os mais ricos até que estes se igualem aos primeiros.
 - (C) tributar os mais ricos de forma proporcional à sua riqueza, levando-se em conta a capacidade contributiva da pessoa.
 - (D) tributar de modo que, quanto maior a renda, maior o benefício que o contribuinte recebe.
 - (E) estabelecer critérios de justiça distributiva na tributação, garantindo a distribuição justa da carga tributária dentre os contribuintes.
-
82. Na seara da responsabilidade tributária, a responsabilidade conhecida como regressiva ou “para trás” é aquela que se configura
- (A) pelo direcionamento do dever legal ou contratual de descendentes de pessoas naturais incapazes.
 - (B) pelo direcionamento do dever legal ou contratual de ascendentes de pessoas naturais incapazes.
 - (C) pelo adiamento do recolhimento do tributo para um momento após a ocorrência do fato gerador.
 - (D) pelo adiantamento do recolhimento do tributo para um momento anterior à ocorrência do fato gerador.
 - (E) por “sucessão comercial”, hipótese em que uma pessoa jurídica ou física adquire outra pessoa jurídica que se qualifica como responsável.



83. Como requisito para exercício do direito à repetição do indébito, em caso de erro no pagamento, exige-se
- (A) ter ressalvado anteriormente o caráter indevido do pagamento.
 - (B) a prova de que o pagamento foi feito sob protesto.
 - (C) a prova de que o pagamento se deu por erro.
 - (D) não ter havido confissão de dívida tributária pelo pagamento espontâneo de certa quantia.
 - (E) que se evidencie a inexistência de obrigação tributária.

84. O fato gerador periódico respeita o princípio da irretroatividade quando a lei precede
- (A) ao menos o último dos fatos isolados que o compõem, se a lei apenas explicita tributo anteriormente criado.
 - (B) ao término do período durante o qual os fatos isoladamente ocorridos vão sendo registrados.
 - (C) ao menos o último dos fatos isolados que compõem o fato gerador do tributo.
 - (D) o conjunto de fatos isolados que compõem o fato gerador do tributo.
 - (E) o fato pendente, pois este é um mero componente de um fato gerador em formação.

Direitos Humanos

85. *Consideramos estas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são vida, liberdade e busca da felicidade.*

Essa frase, de fundamental importância na evolução histórica dos Direitos Humanos, está contida na

- (A) Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776.
 - (B) Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.
 - (C) Petição de Direitos (*Petition of Rights*) de 1628.
 - (D) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
 - (E) Magna Carta de 1215.
86. Ao comparar a tipificação do crime de desaparecimento forçado de pessoas na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (CIDF) com o estabelecido sobre o mesmo assunto pelo Estatuto de Roma sobre Tribunal Penal Internacional (ERTPI), conclui-se que
- (A) segundo o ERTPI, a caracterização do desaparecimento forçado depende de recusa dolosa específica do agente estatal em reconhecer a privação de liberdade ou a morte das vítimas, ao passo que, na CIDF, a falta de informações oficiais sobre as vítimas pode advir de mera negligência do Estado em não garantir transparência nas ações daqueles que agem em seu nome.
 - (B) no ERTPI, a privação de liberdade da vítima, elemento constitutivo do desaparecimento forçado, é prevista como detenção, prisão ou sequestro de pessoas, ao passo que, no âmbito da CIDF, é tratado de maneira mais ampla, em qualquer de suas formas.
 - (C) o ERTPI atribui o crime somente ao Estado e seus cúmplices, ao passo que, na CIDF, o crime pode ser praticado tanto por organizações políticas, quanto pelo Estado ou por grupos irregulares, desde que com sua autorização, apoio ou aquiescência.
 - (D) na CIDF, a conduta incriminadora de privar da liberdade, mediante prisão, detenção ou sequestro, deve ser parte de um ataque generalizado ou sistemático à população civil, enquanto que, para o ERTPI, deverá se dar contra uma pessoa ou grupo de pessoas.
 - (E) a intenção de deixar as vítimas fora do amparo da lei por um período prolongado é requisito para caracterização do desaparecimento forçado no ERTPI, mas tal elemento não é essencial para caracterização do mesmo crime no âmbito da CIDF.

87. Segundo dispõe expressamente o Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais ("Protocolo de San Salvador"), podem dar origem, mediante a participação da Comissão e, quando for cabível, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, à aplicação do sistema de petições individuais regulado pelos artigos 44 a 51 e 61 a 69 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, casos em que for violado, por ação que pode ser atribuída diretamente a um Estado-Parte neste Protocolo, o direito, entre outros, à
- (A) segurança cidadã.
 - (B) saúde.
 - (C) educação.
 - (D) proteção da infância e da família.
 - (E) alimentação.

88. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, de forma expressa,
- (A) propõe, em todos os níveis do processo de educação, a abordagem transversal dos temas objetos do Protocolo, de modo a fomentar na criança, desde pequena, habilidades de autoproteção e facultar-lhe, por meio de serviço especializado, a veiculação direta das denúncias com garantia da preservação de sua identidade.
 - (B) define prostituição infantil como a atividade de submeter, induzir ou atrair a criança, bem como facilitar seu acesso ou impedir que o abandone, a qualquer prática que explore sua sexualidade visando gratificação sexual própria ou de terceiros, ainda que não envolva diretamente remuneração ou qualquer outra forma de compensação.
 - (C) dispõe que será considerado, entre outros, delito passível de extradição em qualquer tratado de extradição existente entre os Estados-Partes, a indução indevida ao consentimento, na qualidade de intermediário, para adoção de uma criança em violação dos instrumentos jurídicos internacionais aplicáveis sobre adoção.
 - (D) vincula os Estados-Partes a adotar medidas apropriadas para proteger os direitos e interesses de crianças vítimas, em particular criando polícias especializadas cuja atividade, sempre que necessária, se dará em regime de cooperação com forças-tarefas internacionais de combate a redes globais de exploração e tráfico de crianças.
 - (E) insta seus signatários a promover, por meio da criminalização de condutas e da promoção permanente de campanhas de esclarecimento, entre outras ações, o combate a práticas sociais e modelos de interação educativa entre pais e filhos que favoreçam a objetificação de crianças assim como qualquer forma de mercantilização de seus corpos.



89. O Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)
- (A) tem como atribuição, entre outras, cancelar as ações dos comitês temáticos convencionais e referendar as decisões que impõem sanções aos estados denunciados.
 - (B) integra, ao lado da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, a estrutura geral de proteção dos direitos humanos da ONU.
 - (C) é presidido pelo Alto Comissário de Direitos Humanos das Nações Unidas.
 - (D) é, em relação à sua estrutura, um órgão subsidiário da Assembleia Geral das Nações Unidas.
 - (E) goza de natureza permanente e sua composição é universal, dispondo cada membro da ONU de um assento no Conselho.
-
90. Em matéria de incorporação de tratados internacionais de proteção de direitos humanos no Brasil, segundo disposição expressa da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República
- (A) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - (B) sancionar tratados, convenções e atos internacionais promulgados pelo Congresso Nacional.
 - (C) aprovar tratados, convenções ou outros atos internacionais ratificados por Decreto Legislativo.
 - (D) propor ao Congresso Nacional a ratificação de tratados, atos e convenções cuja assinatura é de interesse do Governo brasileiro.
 - (E) negociar, aprovar, assinar e ratificar tratados, convenções e atos internacionais mediante prévia autorização do Senado Federal.
-
91. A Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu que o Estado brasileiro violou o direito à liberdade de associação reconhecido no art. 16 da Convenção Americana de Direitos Humanos no julgamento do caso
- (A) Nogueira de Carvalho e Outro.
 - (B) Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde.
 - (C) Antonio Tavares Pereira e outros.
 - (D) Garibaldi.
 - (E) Escher e outros.
-
92. A Organização dos Estados Americanos resolveu, no ano de 2020, por meio de sua Assembleia Geral, incentivar os Estados membros, de acordo com suas legislações e políticas nacionais e, em particular, as instituições oficiais de Defensoria Pública oficial, a que
- (A) facilitem o acesso à justiça para defesa dos direitos humanos das pessoas e grupos mais diretamente afetados em seus direitos pela pandemia ocasionada pelo vírus da Covid-19, inclusive as crianças e adolescentes em situação de orfandade.
 - (B) ampliem sua atuação em defesa de pessoas e grupos historicamente vulneráveis à violação de direitos humanos em detrimento da aplicação de critérios gerais de admissão de casos baseados na avaliação de renda pessoal ou familiar.
 - (C) garantam o acesso à justiça com uma abordagem intercultural para o exercício efetivo de todos os direitos humanos dos povos indígenas, especialmente seus direitos econômicos, sociais e culturais.
 - (D) assumam, sem prejuízo do exercício da mesma atribuição por outros órgãos devidamente legitimados, a defesa, em todos os âmbitos, do direito a um meio ambiente saudável e o uso de práticas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.
 - (E) fortaleçam, por todos os meios possíveis, preventivos e repressivos, ações de promoção e defesa da ordem democrática como pressuposto necessário à erradicação das desigualdades sociais.

Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública

93. A Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso (Lei Complementar estadual nº 146/2003, alterada pela Lei Complementar estadual nº 608/2018) prevê que a Segunda Subdefensoria Pública-Geral possui, entre as atribuições de seu cargo, a
- (A) coordenação e a orientação da atuação dos órgãos regionais da Defensoria Pública do Estado.
 - (B) coordenação e orientação das atividades de contabilidade e finanças.
 - (C) manifestação em procedimentos de pedidos de férias e licença especial dos membros da Defensoria Pública.
 - (D) atualização da lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública na data de ocorrência da vaga para promoção ou remoção.
 - (E) decisão, em grau de recurso final, sobre pedidos de assistência jurídica gratuita.



94. A Constituição do Estado do Mato Grosso, em relação à Defensoria Pública, estabelece que
- (A) para cada cargo da carreira de membro do Ministério Público do Estado haverá, no mínimo, um cargo correspondente na carreira da Defensoria Pública.
 - (B) a lei complementar que organiza a Defensoria Pública terá sua iniciativa facultada ao Conselho Superior da instituição, que disporá sobre sua organização e funcionamento.
 - (C) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncias de receitas será exercida pelo Poder Executivo, mediante controle externo.
 - (D) a destituição do Defensor Público-Geral, por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, dar-se-á através de voto aberto de seus membros.
 - (E) lhe compete o exercício da fiscalização dos estabelecimentos prisionais.
-
95. A suspeição por questão de foro íntimo de membro da Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso é
- (A) vedada pela lei orgânica estadual da Defensoria Pública.
 - (B) possível e deve ser comunicada ao Defensor Público-Geral.
 - (C) possível e deve ser autorizada pelo Corregedor-Geral.
 - (D) possível apenas quando arguida por terceiro interessado.
 - (E) vedada aos que estejam lotados em órgão de atuação criminal.
-
96. No julgamento do *Habeas corpus* nº 126.663, em 08/09/2015, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal reafirmou a prerrogativa de intimação pessoal do Defensor Público, que se concretiza com a
- (A) presença do Defensor Público no ato processual.
 - (B) leitura da sentença em audiência.
 - (C) entrega dos autos com vista.
 - (D) intimação, por oficial de justiça.
 - (E) publicação da decisão no Diário Oficial.
-
97. A independência funcional na Defensoria Pública assegura que
- (A) a Instituição possa celebrar seus próprios contratos, sem a necessidade de intervenção do Poder Executivo.
 - (B) o Defensor Público recuse a atuação quando entender que a demanda é inadequada aos interesses do assistido.
 - (C) o Defensor Público não tenha que justificar sua atuação a nenhum outro órgão.
 - (D) o Defensor Público natural possa ser substituído por outro Defensor Público em seus afastamentos.
 - (E) a Instituição não está sujeita à fiscalização ou intervenção de nenhum dos Poderes estatais.
-
98. Na ADI 4.608, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da norma prevista na Lei Complementar nº 80/1994, que contempla os requisitos para a escolha do Ouvidor-Geral das Defensorias Públicas estaduais, dentre os quais se inclui
- (A) a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (B) a idade mínima de 35 anos.
 - (C) o bacharelado em Direito.
 - (D) a reputação ilibada.
 - (E) a indicação em lista sêxtupla pela sociedade civil.
-
99. A Resolução nº 109/2019 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Mato Grosso disciplina o uso das mídias sociais no âmbito da Instituição, VEDANDO a
- (A) divulgação de opiniões pessoais a respeito de temas jurídicos.
 - (B) identificação da condição de membro da Defensoria Pública em perfil pessoal na rede mundial de computadores.
 - (C) manifestação político-partidária em redes pessoais por membros da Defensoria Pública.
 - (D) divulgação ou compartilhamento de publicações de perfis institucionais da Defensoria Pública.
 - (E) utilização do e-mail institucional para fins não relacionados à atividade funcional.

100. *Defensoria cobra coleta seletiva e assistência da prefeitura aos catadores após interdição do lixão em Várzea Grande (MT). Órgão pede ainda que prefeito informe como está a inclusão socioprodutiva dos catadores, quando o lixão será fechado definitivamente e para onde serão levados os resíduos domésticos do município.*

(Disponível em: portal.g1.globo.com)

A atuação da Defensoria Pública em face do poder público municipal deve ser realizada

- (A) prioritariamente, por meio da solução extrajudicial do litígio, visando a composição entre as pessoas em conflito de interesses.
- (B) por meio do Defensor Público-Geral, que representa a instituição judicial e extrajudicialmente.
- (C) pela Defensoria Pública de Segunda Instância, em razão do foro de prerrogativa de função do chefe do Poder Executivo Municipal.
- (D) em conjunto com o Ministério Público, em virtude da natureza difusa do direito tutelado.
- (E) após prévia autorização do Conselho Superior da Defensoria Pública, ao qual compete editar normativa regulamentando a atuação na esfera de direitos coletivos.